

Companhia Providência Indústria e Comércio

*Informações trimestrais em 31 de
março de 2013 e relatório dos
auditores independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012		31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	115.104	76.006	125.863	84.145	Fornecedores (Nota 15)	18.457	21.586	37.718	43.390
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	7.946	10.708	7.946	10.708	Empréstimos (Nota 16)	79.639	76.440	114.531	112.361
Contas a receber (Nota 8)	105.520	106.361	154.356	144.059	Encargos sociais e provisões trabalhistas	5.017	7.229	5.989	8.814
Estoques (Nota 9)	38.996	31.763	61.018	52.329	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	2.362	1.882	3.002	4.460
Tributos a recuperar (Nota 10)	36.422	33.457	46.090	43.181	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	225	225	407	427
Partes relacionadas (Nota 27)	23.950	17.604			Dividendos a pagar	9	9	9	9
Outros direitos realizáveis	4.728	6.735	7.442	12.451	Outras contas a pagar	1.974	2.076	2.743	2.776
	<u>332.666</u>	<u>282.634</u>	<u>402.715</u>	<u>346.873</u>		<u>107.683</u>	<u>109.447</u>	<u>164.399</u>	<u>172.237</u>
Não circulante					Não circulante				
Contas a receber (Nota 8)	1.733	1.859	3.967	4.196	Empréstimos (Nota 16)	135.738	96.728	475.516	423.346
Tributos a recuperar (Nota 10)	16.641	19.855	17.414	20.628	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	171	218	171	218
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	42.615	44.302	47.530	48.529	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)			15.702	13.817
Depósitos judiciais (Nota 18)	29	22	63	56	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	600	565	620	575
Depósitos e empréstimos compulsórios	30	30	30	30	Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	8.594	7.528		
Outros direitos realizáveis	127	127	127	127		<u>145.103</u>	<u>105.039</u>	<u>492.009</u>	<u>437.956</u>
Investimentos (Nota 12)	132.648	129.649			Total do passivo	<u>252.786</u>	<u>214.486</u>	<u>656.408</u>	<u>610.193</u>
Intangível (Nota 13)	8.470	8.478	42.701	42.683	Patrimônio líquido				
Imobilizado (Nota 14)	413.929	417.507	837.963	837.048	Capital social (Nota 20 (a))	409.003	409.003	409.003	409.003
	<u>616.222</u>	<u>621.829</u>	<u>949.795</u>	<u>953.297</u>	Reservas de capital (Nota 20(c))	12.003	11.878	12.003	11.878
					Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 20(h))	155.402	157.862	155.402	157.862
					Reservas de lucros (Nota 20(e))	112.047	112.047	112.047	112.047
					Ações em tesouraria (Nota 20 (d))	(171)	(813)	(171)	(813)
					Lucros acumulados	7.818		7.818	
						<u>696.102</u>	<u>689.977</u>	<u>696.102</u>	<u>689.977</u>
Total do ativo	<u>948.888</u>	<u>904.463</u>	<u>1.352.510</u>	<u>1.300.170</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>948.888</u>	<u>904.463</u>	<u>1.352.510</u>	<u>1.300.170</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2013	2012	2013	2012
Operações continuadas				
Receita (Nota 21)	101.316	104.583	160.609	139.423
Custo das vendas	<u>(68.356)</u>	<u>(72.717)</u>	<u>(114.921)</u>	<u>(96.572)</u>
Lucro bruto	32.960	31.866	45.688	42.851
Despesas com vendas (Nota 22)	(9.007)	(8.445)	(11.507)	(9.409)
Despesas administrativas (Nota 22)	(12.852)	(10.205)	(18.057)	(13.465)
Outras receitas (despesas) (Nota 22)	<u>(48)</u>	<u>189</u>	<u>(164)</u>	<u>215</u>
	<u>(21.907)</u>	<u>(18.461)</u>	<u>(29.728)</u>	<u>(22.659)</u>
Lucro operacional	11.053	13.405	15.960	20.192
Receitas financeiras (Nota 23)	5.084	13.019	5.235	12.862
Despesas financeiras (Nota 23)	<u>(11.231)</u>	<u>(19.792)</u>	<u>(13.317)</u>	<u>(22.210)</u>
Despesas financeiras, líquidas	(6.147)	(6.773)	(8.082)	(9.348)
Participação nos lucros de controladas (Nota 12)	1.831	2.687		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.737	9.319	7.878	10.844
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	<u>(1.687)</u>	<u>(2.264)</u>	<u>(2.828)</u>	<u>(3.789)</u>
Lucro do período das operações continuadas	<u>5.050</u>	<u>7.055</u>	<u>5.050</u>	<u>7.055</u>
Lucro líquido do período	<u>5.050</u>	<u>7.055</u>	<u>5.050</u>	<u>7.055</u>
Lucro líquido por ação (básico e diluído)				
De operações continuadas (Nota 20 (g))	<u>0,06</u>	<u>0,09</u>	<u>0,06</u>	<u>0,09</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do período	5.050	7.055	5.050	7.055
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	102	226	102	226
Total do resultado abrangente do período	5.152	7.281	5.152	7.281

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

Em milhares de reais

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Custos de emissão	Reserva de ágio	Opção de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva para Investimentos				
Em 01 de janeiro de 2012	422.269	(13.266)	10.703	361	11.064	7.486	25.430	68.518	101.434	(813)	168.597	689.285
Lucro líquido do período											7.055	7.055
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)											226	226
Total do resultado abrangente do período											7.055	7.281
Realização do custo atribuído (Nota 14)											3.881	(3.881)
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 14)											(1.319)	1.319
Total da realização do custo atribuído											2.562	(2.562)
Contribuições/distribuições aos acionistas:												
Pagamento baseado em ações (Nota 20)				181	181							181
Destinação do lucro líquido do período:												
Reserva para dividendos adicionais propostos						(25.430)		(25.430)				(25.430)
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				181	181	(25.430)		(25.430)				(25.249)
Em 31 de março de 2012	422.269	(13.266)	10.703	542	11.245	7.486	68.518	76.004	(813)	9.617	166.261	671.317
Lucro líquido do período											38.016	38.016
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)											(716)	(716)
Total do resultado abrangente do período											38.016	37.300
Realização do custo atribuído (Nota 14)											11.642	(11.642)
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 14)											(3.959)	3.959
Outros ajustes de convergência												
Total da realização do custo atribuído											7.683	(7.683)
Contribuições/distribuições aos acionistas:												
Pagamento baseado em ações (Nota 20)				633	633							633
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Dividendos intermediários pagos (Nota 20)										(19.273)		19.273
Reserva legal						2.254		2.254			(2.254)	
Reserva para dividendos adicionais propostos						33.789		33.789			(33.789)	
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				633	633	2.254	33.789	36.043			(55.316)	(18.640)
Em 31 de dezembro de 2012	422.269	(13.266)	10.703	1.175	11.878	9.740	33.789	68.518	112.047	(813)	157.862	689.977
Lucro líquido do período											5.050	5.050
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)											102	102
Total do resultado abrangente do período											5.050	5.152
Realização do custo atribuído (Nota 14)											3.881	(3.881)
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 14)											(1.319)	1.319
Outros ajustes de convergência												
Total da realização do custo atribuído											2.562	(2.562)
Contribuições/distribuições aos acionistas:												
Ações em tesouraria									642			642
Pagamento baseado em ações (Nota 20)			146	(21)	125					206		331
Destinação do lucro líquido do período:												
Reserva para dividendos adicionais propostos												
Total de contribuições/distribuições aos acionistas			146	(21)	125				642	206		973
Em 31 de março de 2013	422.269	(13.266)	10.849	1.154	12.003	9.740	33.789	68.518	112.047	(171)	155.402	696.102

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2013	2012	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	5.050	7.055	5.050	7.055
Ajustes:				
Depreciação do imobilizado	5.966	5.867	9.245	7.762
Amortização do intangível	942	878	1.027	948
Juros e variações monetárias	4.280	2.149	6.253	4.696
Provisão para pagamento baseado em ações	185	181	185	181
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	1.687	2.264	2.828	3.789
Provisão para passivo a descoberto	1.168	(1.088)		
Resultado de equivalência patrimonial	(2.999)	(1.599)		
Perda de valores ativos	182	535	295	744
	16.461	16.242	24.883	25.175
Variações nos ativos e passivos:				
(Acréscimo) decréscimo de clientes	(565)	24.714	(11.549)	27.239
(Acréscimo) decréscimo de estoques	(7.233)	498	(8.689)	(1.265)
Decréscimo de tributos a recuperar	249	724	305	865
Decréscimo de outros direitos realizáveis	2.000	3.106	5.002	2.863
Decréscimo de fornecedores	(3.129)	(8.004)	(5.672)	(12.637)
Decréscimo de encargos sociais e provisões trabalhistas	(2.212)	(1.512)	(2.825)	(2.376)
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	433	(150)	(1.505)	(158)
Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades	(67)	(685)	(8)	314
	(10.524)	18.691	(24.941)	14.845
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.937	34.933	(58)	40.020
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(2.388)	(2.445)	(6.415)	(18.296)
Aquisição de intangível	(934)	(964)	(935)	(964)
Partes relacionadas	(6.051)	(4.888)		
Valor residual do permanente baixado		3	128	3
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.373)	(8.294)	(7.222)	(19.257)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos	50.000		70.478	6.977
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(4.456)	(4.288)	(12.111)	(8.599)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(3.798)	(3.525)	(7.081)	(5.333)
Venda de ações	788		788	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	42.534	(7.813)	52.074	(6.955)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa			(3.076)	(1.963)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	39.098	18.826	41.718	11.845
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	115.104	89.220	125.863	93.021
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	76.006	70.394	84.145	81.176
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	39.098	18.826	41.718	11.845

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Vendas brutas de produtos	116.171	118.910	179.103	155.878
Outras receitas	(48)	284	(164)	215
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(182)	(535)	(295)	(744)
	<u>115.941</u>	<u>118.659</u>	<u>178.644</u>	<u>155.349</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(83.211)	(86.135)	(132.296)	(110.216)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.913)	(488)	(1.872)	(600)
	<u>(86.124)</u>	<u>(86.623)</u>	<u>(134.168)</u>	<u>(110.816)</u>
Valor adicionado bruto	29.817	32.036	44.476	44.533
Depreciação e amortização	(6.908)	(6.745)	(10.272)	(8.710)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>22.909</u>	<u>25.291</u>	<u>34.204</u>	<u>35.823</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	2.999	1.599		
Provisão para passivo a descoberto	(1.168)	1.088		
Receitas financeiras	5.084	13.019	5.235	12.862
	<u>6.915</u>	<u>15.706</u>	<u>5.235</u>	<u>12.862</u>
Valor adicionado total a distribuir	29.824	40.997	39.439	48.685
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	10.909	11.442	15.646	14.317
Salários e encargos	6.300	5.148	9.817	7.226
Honorários de diretoria	1.469	1.856	1.469	1.856
Benefícios	1.618	1.828	2.245	2.173
Encargos trabalhistas e previdenciários	1.522	2.610	2.115	3.062
Impostos, taxas e contribuições	2.673	2.624	5.249	4.834
Impostos federais	2.673	2.391	4.239	3.972
Impostos estaduais		230	839	787
Impostos municipais		3	171	75
Remuneração de capitais de terceiros	11.192	19.876	13.494	22.479
Juros e variações cambiais	10.980	19.665	12.946	22.027
Alugueres	212	211	548	452
Remuneração de capitais próprios	5.050	7.055	5.050	7.055
Lucros retidos	5.050	7.055	5.050	7.055
Valor adicionado distribuído	<u>29.824</u>	<u>40.997</u>	<u>39.439</u>	<u>48.685</u>

(*) A demonstração de valor adicionado consolidada não é parte das informações trimestrais consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES
TRIMESTRAIS EM 31 DE MARÇO DE 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a “Companhia”), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná e suas controladas tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido não-tecido (“*nonwoven*”), resultantes da transformação de polipropileno da marca KAMI.

A Companhia possui duas subsidiárias, uma em Pouso Alegre, Minas Gerais e outra em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Com o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, em 2012 a Companhia inaugurou duas novas máquinas. A primeira inaugurada no segundo trimestre em Pouso Alegre/MG e a segunda, em Statesville, cuja produção iniciou-se no último trimestre de 2012.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 08 de maio de 2013.

Reestruturação societária

- (a) Em 31 de janeiro de 2008, com base no laudo de avaliação contábil emitido por peritos independentes, a controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (“Isofilme”) efetuou incorporação reversa de sua investidora original, a Providência Participações Ltda. A Companhia Providência Indústria e Comércio detinha até a data da incorporação 99,99% das quotas da Providência Participações Ltda., que por sua vez detinha 99,99% das quotas da Isofilme. Em consequência da incorporação, a Isofilme teve seu capital social aumentado em R\$17.534, decorrente da transferência do acervo líquido da Providência Participações Ltda., conforme demonstrado a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>Passivo e patrimônio líquido</u>
	Circulante
	Conta mútuo
	Companhia Providência
	Indústria e Comércio
Intangível	
Ágio	
Isofilme Indústria e	
Comércio de Plásticos Ltda.	22.225
<u>39.759</u>	
	Patrimônio líquido
	Capital social
	<u>17.534</u>
<u>39.759</u>	<u>39.759</u>

Ainda em função da incorporação, o ágio decorrente da aquisição do controle da Isofilme pela Providência Participações Ltda. está contabilizado em conta específica do ativo intangível no balanço patrimonial da Isofilme. Conforme preconiza a Instrução CVM nº 349

e ofício nº CVM 01/2007, não foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente de sua amortização, devido às razões abaixo expostas:

- . Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada a investidora original (Providência Participações Ltda.);
- . Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica no balanço patrimonial da Companhia por ocasião da incorporação; e,
- . Os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o “custo atribuído” de terrenos, de edificações e de máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma e de suas controladas. As áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas

demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC/IFRS com vigência a partir de 2013 que, eventualmente, pudessem causar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados ao se avaliar quando a Companhia controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e, quando aplicável esta consolidação, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos, ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia e suas controladas, as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas

pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.4 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de suas controladas é a Diretoria Executiva.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que o único produto comercializado pela Companhia e suas controladas é o não-tecido, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e suas controladas têm somente um segmento passível de apresentação.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados e usa-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na moeda R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do consolidado.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizam moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, conforme segue:

- (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considera-se que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e

- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.

2.7 Ativos financeiros

2.7.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como “*hedge*” (um instrumento de proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

- (b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber”, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.7.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem.

Na data do balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros.

2.7.3 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros encontra-se deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados

(excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso o valor da perda por *impairment* em um período subsequente diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7.

2.9 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado (CDI-Certificado de Depósito Interbancário), a qual em 31 de março de 2013 correspondia, em média, a 7,01% a.a. (6,90% a.a. em 31 de dezembro de 2012).

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e custos gerais de produção relacionados (com base na

capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida, vide maiores informações na Nota 1 (a).

Segundo a deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, constituiu-se os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente.

O ágio é testado *anualmente* para verificar perdas (*impairment*).

(b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e suas controladas e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.12 Imobilizado

Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somados ao custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado,

os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando-se o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

2.13 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é considerada provável, com base em seus assessores jurídicos, que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem tanto os impostos correntes quanto os diferidos, e são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados através das alíquotas de 15% (além dos 10% adicionais, quando aplicável) e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a Administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseado em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

2.18 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 25), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos e determinados empregados um plano de remuneração com base em ações (“*Stock Options*”), devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 20.b), segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 - Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração definida.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, a Companhia e suas controladas adotam como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.22 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23 Normas, alterações e respectivas interpretações novas e revisadas, já emitidas e ainda não adotadas

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das informações trimestrais. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38,39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir elencamos as principais emendas:

IAS32 – Instrumentos financeiros – Apresentação (CPC 39): adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado bem como a seleção de métodos de avaliação requerem um julgamento considerável e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 18. Desta forma, são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas acreditam que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Paraná e sua controlada Isofilme possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia consultou seus assessores jurídicos, os quais emitiram parecer sobre o tema, a partir do qual a Companhia entende não haver passivo a ser registrado.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia (juntamente com as controladas) possui um Comitê de Gestão de Riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabelecem limites de exposição cambial e de juros bem como definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos são apresentadas e avaliadas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da

Companhia.

Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de câmbio e taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 35% com base na moeda local e a taxas variáveis e fixas, sendo que os 65% restantes estão indexados à LIBOR - (*London Interbank Offered Rate*) e SIFMA - (*Securities Industry and Financial Markets Association*). Parte significativa das receitas (30%) advém das exportações e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio.

Parte do endividamento está indexada ao CDI, portanto sujeita a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados aos valores de custo histórico, os quais se aproximam dos valores justos, e a tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	Consolidado			
	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil
Ativo:				
Contas a receber	73.190	36.344	74.514	36.464
Passivo:				
Fornecedores	(5.550)	(2.756)	(5.594)	(2.737)
Empréstimos e financiamentos	(488.970)	(242.810)	(485.153)	(237.413)
Posições passivas	(494.520)	(245.566)	(490.747)	(240.150)
Total exposto	(421.330)	(209.222)	(416.233)	(203.686)

A Companhia possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

Sensibilidade à taxa de câmbio - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas	Dólar	1,0000	1,5000	2,0000	2,5000	3,0000
Contas a receber	Dólar	(36.846)	(18.674)	(502)	17.671	35.843
Empréstimos e financiamentos	Dólar	246.159	124.755	3.351	(118.053)	(239.458)
Fornecedores	Dólar	2.794	1.416	38	(1.340)	(2.718)
Ganho (perda)		<u>212.107</u>	<u>107.497</u>	<u>2.887</u>	<u>(101.722)</u>	<u>(206.333)</u>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial em 31 de março de 2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Sensibilidade à taxa de juros – Apresenta-se no quadro a seguir os impactos dos juros no resultado de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável dos indexadores (CDI/LIBOR6) no período de 12 meses:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas do indexador	CDI/Selic	4,25%	6,38%	8,50%	10,63%	12,75%
Taxas do indexador	LIBOR6	0,22%	0,33%	0,45%	0,56%	0,67%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	5.012	7.592	10.222	12.904	15.638
Empréstimos e financiamentos	LIBOR6	(9.331)	(9.852)	(10.261)	(10.661)	(11.066)
Perda		<u>(4.319)</u>	<u>(2.260)</u>	<u>(39)</u>	<u>2.243</u>	<u>4.572</u>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de março de 2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

(ii) Operações com derivativos

A Companhia e suas controladas possuem operações no mercado externo e estão expostas a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm como política operar com instrumentos financeiros derivativos atrelados a moedas estrangeiras, basicamente o dólar americano, os quais têm a finalidade de *hedge* (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), seguindo as orientações estipuladas na

Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelo Comitê de Gestão de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado objetiva basicamente a proteção mínima de 75% do fluxo de caixa de curto prazo, por períodos determinados que variem de 9 a 12 meses, orientando para a realização de operações tradicionais de mercado, como por exemplo, NDF's, opções e mercado futuro de dólar via BM&F entre outras, estipulando limites por tipo de operação e contraparte.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco:

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Swap US\$ x CDI	Alta do CDI	(27.778)	(9.288)	9.379	28.216	47.214
Swap LIBOR flut. x fixa	Baixa da LIBOR	(220)	(213)	(206)	(199)	(193)
Termo de moeda (NDF)	Queda do US\$	(12.787)	(3.089)	(369)	5.922	12.159
Ganho (perda)		(40.785)	(12.590)	8.804	33.939	59.180

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, considerou-se a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas aplicaram-se os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo.

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor *notional* dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de março de 2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Em 31 de março de 2013, a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outros períodos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada à Política de Crédito instituída na Companhia e ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para este fim. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no **Grupo 1** referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no **Grupo 2** referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado, ou seja, aqueles que em algum momento figuraram dentro dos critérios de constituição de provisão para devedores duvidosos.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber de clientes				
Grupo 1	104.991	106.755	154.328	144.308
Grupo 2	2.262	1.465	3.995	3.947
	<u>107.253</u>	<u>108.220</u>	<u>158.323</u>	<u>148.255</u>

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo				
brAAA	87.284	53.568	92.770	56.536
brAA+	12.516	7.380	12.516	7.380
brA+f	8.134	8.022	8.134	8.022
brA	7.170	7.036	7.170	7.036
AA-			<u>5.273</u>	<u>5.171</u>
	<u>115.104</u>	<u>76.006</u>	<u>125.863</u>	<u>84.145</u>

Fonte: Standard & Poor's e Fitch Ratings

(c) Risco de liquidez

A previsão de Fluxo de Caixa é realizada nas entidades operacionais do consolidado e consolidada pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia e suas controladas de forma consolidada é de responsabilidade de seus

executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos do consolidado (Companhia e suas controladas) e os ativos e passivos financeiros derivativos a liquidar pela Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise caso seus vencimentos contratuais sejam essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de março de 2013						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	115.104					115.104
Instrumentos financeiros derivativos	7.946					7.946
Contas a receber de clientes	35.669	69.117	734	1.733		107.253
Partes relacionadas			23.950			23.950
Depósitos judiciais				29		29
	<u>158.719</u>	<u>69.117</u>	<u>24.684</u>	<u>1.762</u>		<u>254.282</u>
Passivo						
Fornecedores	(15.220)	(3.237)				(18.457)
Empréstimos e financiamentos						
- Pós-fixadas		(4.068)	(5.203)			(9.271)
- Pré-fixadas		(52.059)	(27.100)	(144.950)	(9.823)	(233.932)
	<u>(15.220)</u>	<u>(59.364)</u>	<u>(32.303)</u>	<u>(144.950)</u>	<u>(9.823)</u>	<u>(261.660)</u>
	<u>143.499</u>	<u>9.753</u>	<u>(7.619)</u>	<u>(143.188)</u>	<u>(9.823)</u>	<u>(7.378)</u>

	Consolidado					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de março de 2013						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	125.863					125.863
Instrumentos financeiros derivativos	7.946					7.946
Contas a receber de clientes	63.854	89.327	1.175	3.967		158.323
Depósitos judiciais				63		63
	<u>197.663</u>	<u>89.327</u>	<u>1.175</u>	<u>4.030</u>		<u>292.195</u>
Passivo						
Fornecedores	(31.103)	(6.615)				(37.718)
Empréstimos e financiamentos						
- Pós-fixadas	(7.302)	(9.928)	(31.145)	(257.032)	(113.404)	(418.811)
- Pré-fixadas	(5)	(52.068)	(27.141)	(145.170)	(28.811)	(253.195)
	<u>(38.410)</u>	<u>(68.611)</u>	<u>(58.286)</u>	<u>(402.202)</u>	<u>(142.215)</u>	<u>(709.724)</u>
	<u>159.253</u>	<u>20.716</u>	<u>(57.111)</u>	<u>(398.172)</u>	<u>(142.215)</u>	<u>(417.529)</u>

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido. Os instrumentos derivativos pelo valor líquido compreendem os contratos de *swap* de taxa de juros, *Non Deliverable Forward* e Opções de compra de dólar utilizados pela Companhia e suas controladas para administrar o perfil da taxa de juros do consolidado.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas, garantia às demais partes interessadas e para manter uma adequada estrutura de capital.

A administração do capital é monitorada, entre outros indicadores, por meio do índice de dívida/capitalização, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 31 de março de 2013, essa relação apresentou o resultado de 0,46 (0,44 em 31 de dezembro de 2012), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos. O quadro abaixo demonstra o cálculo do índice dívida/capitalização:

	Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Dívida total	590.047	535.707
Patrimônio líquido	696.102	689.977
Capitalização	1.286.149	1.225.684
Dívida total / capitalização	0,46	0,44

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado e disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares conforme demonstrado na Nota 16.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo-se a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (item não é aplicado à Companhia em 31 de março de 2013);

Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e,

Nível 3 - técnicas que usam dados com efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado (item não aplicado à Companhia em 31 de março de 2013).

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				
Valor justo através do resultado	115.104	76.006	125.863	84.145
	<u>115.104</u>	<u>76.006</u>	<u>125.863</u>	<u>84.145</u>
Ativos financeiros derivativos				
Instrumentos derivativos	7.946	10.708	7.946	10.708
	<u>7.946</u>	<u>10.708</u>	<u>7.946</u>	<u>10.708</u>
Total do ativo circulante	<u>123.050</u>	<u>86.714</u>	<u>133.809</u>	<u>94.853</u>

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis de hierarquia de valor justo para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa e equivalentes de caixa				
Bancos e aplicações financeiras	115.104	76.006	125.863	84.145
	<u>115.104</u>	<u>76.006</u>	<u>125.863</u>	<u>84.145</u>
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Contas a receber de clientes	107.253	108.220	158.323	148.255
Partes relacionadas	23.950	17.604		
Depósitos judiciais	29	22	63	56
	<u>131.232</u>	<u>125.846</u>	<u>158.386</u>	<u>148.311</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	7.946	10.708	7.946	10.708
	<u>7.946</u>	<u>10.708</u>	<u>7.946</u>	<u>10.708</u>
Total dos ativos	<u>254.282</u>	<u>212.560</u>	<u>292.195</u>	<u>243.164</u>
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	18.457	21.586	37.718	43.390
Empréstimos e financiamentos	215.377	173.168	590.047	535.707
	<u>233.834</u>	<u>194.754</u>	<u>627.765</u>	<u>579.097</u>

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia e suas controladas. O saldo dessa conta no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Recursos em bancos e em caixa	1.427	4.291	10.217	11.475
Fundos de investimentos financeiros de curto prazo	113.677	71.715	115.646	72.670
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>115.104</u>	<u>76.006</u>	<u>125.863</u>	<u>84.145</u>

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas a 102,0% (102,0% em 31 de dezembro de 2012), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. A Companhia e suas controladas não possuem aplicações em fundos de investimento exclusivos.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora e Consolidado	
	Ativo	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
<i>Swaps</i> de taxa de juros (a)	8.277	9.696
Contratos de câmbio a termo (b)	(539)	311
Contratos de opção de dólar (c)	208	701
Parcela circulante	<u>7.946</u>	<u>10.708</u>

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e suas controladas e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente, com relação à variação nas taxas de câmbio.

As operações de derivativos financeiros contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(a) *Swap* de taxas de juros - CDI x US\$ e LIBOR6 flutuante x pré-fixada:

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxas de juros, em aberto em 31

de março de 2013, correspondem a R\$ 167.111 (R\$ 129.133 em 31 de dezembro de 2012).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (taxas de juros em CDI e LIBOR) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de *swap*, negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Banco Espírito Santo: US\$ 2,5 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,6% a.a., com vencimentos semestrais até junho de 2013;
- Banco BTG Pactual: US\$ 1,9 milhão - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,78% a.a., com vencimentos semestrais até junho de 2013;
- Banco Santander: US\$ 1,9 milhão - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,88% a.a., com vencimentos semestrais até junho de 2013;
- Banco Itaú: US\$ 52,4 milhões - posição ativa em US\$ + 4,85% a.a. e passiva em CDI + 1,7% a.a., com vencimentos semestrais até setembro de 2018; e,
- Banco Itaú: R\$ 50 milhões - posição ativa em R\$ + 8,00% a.a. e passiva em 98,7% do CDI a.a., com vencimentos trimestrais até fevereiro de 2016.

(b) Contratos de câmbio a termo (“*Forward*”):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de março de 2013, totalizam R\$ 24.934 (R\$ 25.330 em 31 de dezembro de 2012).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de março de 2013, a Companhia contratou operações de “compra” de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco Votorantim: US\$ 1,3 milhão - posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,1188, com vencimentos para 15 de abril de 2013;
- Banco HSBC: US\$ 2,7 milhões - posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,0663, com vencimento para 16 de dezembro de 2013;
- Banco Santander: US\$ 2,3 milhões – posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,1344, com vencimentos para 15 de maio de 2013 e 16 de setembro de 2013;
- Banco Itaú BBA: US\$ 3,1 milhões – posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,0887, com vencimentos para 17 de junho de 2013, 15 de julho de 2013 e 18 de novembro de 2013; e,
- Banco Bradesco: US\$ 3,0 milhões – posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,1094, com vencimentos para 16 de setembro de 2013 e 15 de outubro de 2013.

(c) Contratos de opção de dólar (Call-compra):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de opção de dólar, em aberto em 31 de março de 2013, totalizam R\$ 24.934 (R\$ 30.905 em 31 de dezembro de 2012). O prêmio total pago para essas operações foi de R\$ 976.

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de março de 2013, a Companhia contratou operações de “opção de compra de moeda” (Call-compra), em dólares, nos

seguintes montantes e condições:

- Banco Santander: US\$ 1,0 milhão - opção (Call-compra) à taxa média de R\$ 2,0852, com vencimento para 15 de maio de 2013 e 16 de setembro de 2013; prêmio pago: R\$ 83 mil;
- Banco Votorantim: US\$ 4,0 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,1161, com vencimentos para 15 de julho de 2013, 15 de outubro de 2013 e 18 de novembro de 2013; prêmio pago: R\$ 286 mil;
- Banco Itaú: US\$ 6,5 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,1279, com vencimentos para 15 de abril de 2013 e 17 de junho de 2013 e 15 de agosto de 2013; prêmio pago: R\$ 550 mil;
- Banco Bradesco: US\$ 0,8 milhão - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,0428, com vencimento para 18 de novembro de 2013; prêmio pago: R\$ 50 mil; e,
- Banco Citibank: US\$ 0,1 milhão - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,0663, com vencimento para 16 de dezembro de 2013; prêmio pago: R\$ 7 mil.

8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber de clientes no mercado interno	45.317	42.091	89.995	78.307
Contas a receber de clientes no mercado externo	65.196	69.207	73.726	75.050
Menos: provisão para devedores duvidosos	(3.260)	(3.078)	(5.398)	(5.102)
Contas a receber de clientes, líquidas	107.253	108.220	158.323	148.255
Parcela no circulante	105.520	106.361	154.356	144.059
Parcela no não circulante	1.733	1.859	3.967	4.196

Em 31 de março de 2013, o prazo médio de recebimento das vendas é de 77 dias (81 dias em 31 de dezembro de 2012). A Companhia e suas controladas constituem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber de clientes no mercado interno vencidas há mais de 90 dias. Para as contas a receber de clientes no mercado externo a provisão para créditos de liquidação duvidosa depende da análise da situação financeira atual e o ambiente econômico e político do país em que cada devedor se encontra.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
A vencer	97.479	102.038	143.188	139.239
Vencidos até 60 dias	6.836	3.871	11.831	6.960
Vencidos entre 61 e 90 dias	397	133	1.102	181
Vencidos há mais de 90 dias	5.801	5.256	7.600	6.977
Total	110.513	111.298	163.721	153.357
Provisão para devedores duvidosos	(3.260)	(3.078)	(5.398)	(5.102)

Total	<u>107.253</u>	<u>108.220</u>	<u>158.323</u>	<u>148.255</u>
-------	----------------	----------------	----------------	----------------

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Saldo anterior	(3.078)	(2.428)	(5.102)	(4.144)
Provisão para devedores duvidosos	(182)	(979)	(296)	(1.506)
Valores não usados, estornados		329		548
Saldo final	<u>(3.260)</u>	<u>(3.078)</u>	<u>(5.398)</u>	<u>(5.102)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como “Despesas comerciais”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Matérias-primas	7.573	4.922	12.396	8.616
Matérias-primas auxiliares	7.637	8.685	8.734	10.209
Produtos em elaboração	537	395	774	1.958
Produtos acabados	14.969	10.808	26.461	20.534
Material de almoxarifado	7.689	6.943	12.129	10.900
Mercadorias em trânsito	591	10	524	112
Total	<u>38.996</u>	<u>31.763</u>	<u>61.018</u>	<u>52.329</u>

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Controladora				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	15.620	413	12.388	3.005
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	958		669	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	7.541	14.293	7.033	14.795
Programa de Integração Social - PIS	1.662	1.252	1.552	1.374
Antecipações de IR e CS	4.829	83	6.303	82
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.812	600	5.512	599

Controladora	<u>36.422</u>	<u>16.641</u>	<u>33.457</u>	<u>19.855</u>
Controladas				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços –ICMS		117		117
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	3.038		2.686	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	4.832	179	5.169	180
Programa de Integração Social - PIS	1.099	41	1.172	41
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	<u>699</u>	<u>436</u>	<u>697</u>	<u>435</u>
	<u>9.668</u>	<u>773</u>	<u>9.724</u>	<u>773</u>
Consolidado	<u><u>46.090</u></u>	<u><u>17.414</u></u>	<u><u>43.181</u></u>	<u><u>20.628</u></u>

Os créditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das compras de matérias primas destinadas a produção para atender o mercado externo. A Companhia tem como procedimento abrir processos de homologação/habilitação junto ao Estado do Paraná, para posteriormente negociá-los (venda) e/ou utilizá-los como parte de pagamento da fatura de energia elétrica.

Os créditos de ICMS de longo prazo são decorrentes da compra de bens para o ativo imobilizado que tem a sua realização em 48 meses, conforme regulamento vigente.

De acordo com a legislação fiscal a Companhia diferiu o pagamento do ICMS sobre os bens adquiridos através de importações, substancialmente maquinário. Dessa forma, os créditos sobre estas operações, cujos pagamentos se darão em longo prazo (superior a 12 meses), foram registrados no ativo não circulante e o correspondente imposto a pagar (Nota 17) em conta específica no passivo não circulante.

Os créditos de PIS/COFINS nas controladas referem-se aos tributos pagos no processo de importação da nova máquina da controlada Isofilme, cujo aproveitamento será feito em oito meses via transferência para a conta gráfica.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2011.

Os saldos acumulados de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

	Controladora	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
IR e CS Ativo		
Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)		
Prejuízos fiscais acumulados	211.957	200.661
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Crédito de IR e CS diferido sobre prejuízos fiscais	72.065	68.224
Crédito de IR e CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	70.938	75.666
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo	143.003	143.890
IR e CS Passivo		
Imposto de renda		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(233.370)	(237.212)
Diferenças temporárias*	(62.271)	(56.073)
	(295.641)	(293.285)
Alíquota de IR	25%	25%
Débito de IR diferido sobre custo atribuído e diferenças temporárias	(73.909)	(73.320)
Contribuição social		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(233.370)	(237.212)
Diferenças temporárias*	(60.848)	(54.650)
	(294.218)	(291.862)
Alíquota de CS	9%	9%
Débito de CS diferido sobre custo atribuído e diferenças temporárias	(26.479)	(26.268)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(100.388)	(99.588)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido líquido	42.615	44.302

*O saldo das diferenças temporárias é composto basicamente por: depreciação devido à revisão das vidas úteis do ativo imobilizado (lei 11.638, art.1º, § 7º), provisão para devedores duvidosos, provisão para participações nos resultados e variações cambiais por regime de competência.

	Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
IR Ativo		
Controlada		
Imposto de Renda Providencia USA Inc.		
Prejuízo fiscal acumulado	11.692	9.590
Imposto Federal (alíquota de 32%)	3.741	3.069
Imposto Estadual - Carolina do Norte (alíquota de 7%)	818	671
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	356	487
Total de imposto de renda diferido ativo	4.915	4.227
Consolidado	47.530	48.529

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Até dezembro de 2013	14.192	15.079	19.107	19.307
De janeiro de 2014 até dezembro de 2014	22.858	22.858	22.858	22.858
De janeiro de 2015 até dezembro de 2015	24.221	24.221	24.221	24.221
De janeiro de 2016 até dezembro de 2016	25.834	25.834	25.834	25.834
De janeiro de 2017 até dezembro de 2020	55.898	55.898	55.898	55.898
	<u>143.003</u>	<u>143.890</u>	<u>147.918</u>	<u>148.118</u>

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente e leva-se em consideração a realização provável desses tributos com base em projeções de resultados futuros, fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações e que foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Alnilan S.A., empresa “veículo” utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente dessa aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente à taxa de 10% a.a. até 31 de dezembro de 2008.

Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o valor correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo.

12 INVESTIMENTOS

(a) Investimentos em controladas

Em 31 de março de 2013, a Companhia detém 96.246.205 do total de 96.246.206 quotas do capital social da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., empresa que tem como objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles o não-tecido (“*nonwoven*”), resultantes da transformação de polipropileno.

Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providencia USA Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América,

cujo objeto social é a produção e comercialização de não-tecido (“*nonwoven*”). Em 31 de março de 2013, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

Nome	País	Patrimônio líquido na investida	Resultado do período	Participação %	Participação em:	
					31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Isofilme Ltda.	Brasil	132.648	2.999	99,99	132.648	129.649
Providencia USA Inc.	EUA	(8.594)	(1.168)	100,00		
			<u>1.831</u>		<u>132.648</u>	<u>129.649</u>

Segue abaixo as principais informações financeiras das controladas diretas:

31 de março de 2013	Ativo	Passivo	Receita	Lucro
Isofilme Ltda.	262.370	(129.722)	31.699	2.999
Providencia USA Inc.	297.845	(306.439)	29.107	(1.168)
31 de dezembro de 2012	Ativo	Passivo	Receita	Lucro
Isofilme Ltda.	256.538	(31.584)	90.546	9.415
Providencia USA Inc.	286.424	(48.814)	78.326	164

(b) Controlada com passivo a descoberto

Com relação à controlada, que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão conforme apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica “Provisão para passivo a descoberto” e computada da seguinte forma:

	Controlada		Controladora	
	Passivo a descoberto	Provisão para passivo a descoberto	Provisão para passivo a descoberto	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Providencia USA Inc.	(8.594)	(7.528)	(8.594)	(7.528)

Durante o período findo em 31 de março de 2013, a Companhia registrou despesa de equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.168 no resultado (receita de R\$ 164 em 2012) e registrou perda decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R\$ 102, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (vide Nota “d” a seguir).

(c) Movimentação dos investimentos

Controladora

	31 de dezembro de 2012	Equivalência patrimonial	31 de março de 2013
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	129.649	2.999	132.648

(d) Movimentação do investimento com passivo a descoberto

	Controladora			
	31 de dezembro de 2012	Equivalência patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	31 de março de 2013
Providencia USA Inc.	(7.528)	(1.168)	102	(8.594)

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providencia USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

13 INTANGÍVEL

(a) Composição

	Controladora <i>Softwares</i>	Consolidado <i>Softwares</i>	Consolidado Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2012	8.478	9.550	33.133	42.683
Custo corrigido	19.979	21.725	39.759	61.484
Amortização acumulada	(11.509)	(12.157)	(6.626)	(18.783)
Em 31 de março de 2013	8.470	9.568	33.133	42.701

(b) Movimentação do ativo intangível

	Controladora Custos de desenvolvimento de <i>softwares</i> gerados internamente	Consolidado Custos de desenvolvimento de <i>softwares</i> gerados internamente	Consolidado Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2012	8.478	9.550	33.133	42.683
Adições	934	935		935
Amortizações	(942)	(1.027)		(1.027)
Baixas				
Variação cambial		(15)		(15)
Transferência		125		125
Em 31 de março de 2013	8.470	9.568	33.133	42.701

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (“Isofilme”). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% a.a., com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizou taxa de desconto real de 9,6% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, devido às razões abaixo expostas:

- . Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
- . Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Isofilme ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado. Este ágio que estava sendo amortizado fiscalmente, teve sua última parcela amortizada em fevereiro de 2013.

O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2012, o teste não revelou a necessidade de ajustes ao valor do ágio. As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2022. Em 31 de março de 2013, não foram identificados indicadores de *Impairment* para o referido ágio.

Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 1,24% a.a., correspondente à taxa do CDI de dezembro de 2012 (6,90%) descontada a inflação anual projetada para 2013 (IPCA) de 5,66% - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

14 IMOBILIZADO

	Controladora						
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado (valor bruto):							
Em 31 de dezembro de 2012	12.520	94.525	645.840	7.100	2.518	7.915	770.418
Adições		128	1.900	101	238	21	2.388
Baixas			(180)				(180)
Transferências							
Em 31 de março de 2013	12.520	94.653	647.560	7.201	2.756	7.936	772.626
Depreciação acumulada:							
Em 31 de dezembro de 2012		(21.221)	(322.298)	(3.583)		(5.809)	(352.911)
Depreciação		(775)	(4.933)	(108)		(150)	(5.966)
Baixas			180				180
Em 31 de março de 2013		(21.996)	(327.051)	(3.691)		(5.959)	(358.697)
Imobilizado líquido:							
Em 31 de dezembro de 2012	12.520	73.304	323.542	3.517	2.518	2.106	417.507
Em 31 de março de 2013	12.520	72.657	320.509	3.510	2.756	1.977	413.929
Taxa anual de depreciação *média		3% (*)	4% (*)	10%		10%	
	Consolidado						
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado (valor bruto):							
Em 31 de dezembro de 2012	20.380	139.029	941.384	10.307	105.215	10.233	1.226.548
Adições		339	2.339	101	11.316	27	14.122
Ganho (perda) cambial em conversão de moeda estrangeira	(40)	(337)	(1.805)	(4)	(1.487)	(36)	(3.709)
Baixas			(312)				(312)
Transferências		8.157	22.257		(30.606)	67	(125)
Em 31 de março de 2013	20.340	147.188	963.863	10.404	84.438	10.291	1.236.524
Depreciação acumulada:							
Em 31 de dezembro de 2012		(22.368)	(355.559)	(5.053)		(6.520)	(389.500)
Depreciação		(1.105)	(7.744)	(178)		(218)	(9.245)
Baixas			185			(1)	184
Em 31 de março de 2013		(23.473)	(363.118)	(5.231)		(6.739)	(398.561)
Imobilizado líquido:							
Em 31 de dezembro de 2012	20.380	116.661	585.825	5.254	105.215	3.713	837.048
Em 31 de março de 2013	20.340	123.715	600.745	5.173	84.438	3.552	837.963
Taxa anual de depreciação *média		3% (*)	4% (*)	10%		10%	

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e suas controladas adotaram o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo.

A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela Administração, totalizou R\$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012 foi de R\$ 3.844 na controladora e de R\$ 3.881 no consolidado, havendo uma realização de

imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o valor dessa depreciação de R\$ 1.306 e R\$ 1.319, respectivamente.

A depreciação do período findo em 31 de março de 2013, alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado, soma R\$ 7.762 (R\$ 6.431 em 31 de março de 2012) sendo que as despesas operacionais somam R\$ 1.483 (R\$ 1.331, em 31 de março de 2012).

Com objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, a Companhia vem realizando investimentos relacionados com a aquisição de nova máquina na planta de Statesville (13ª máquina), de forma que foram efetuados adiantamentos registrados na rubrica “Imobilizações em Andamento”.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Fornecedores	18.457	21.586	37.718	43.390
Total	18.457	21.586	37.718	43.390

Em 31 de março de 2013, o prazo médio de pagamento das compras é de 26 dias (30 dias em 31 de dezembro de 2012). A Companhia e suas controladas colocam em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	Controladora	
				31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Financiamento máquina de fabricação do tecido não-tecido Máquina Kami 9	(a) LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2013 Principal: semestrais a partir de 2009 até 2013	238 9.188	312 14.547
Nota de crédito à exportação	(b) 8% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2016 Principal: em 2016	548 50.000	
EXIM-PSI	(c) 9% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2013 Principal: maio 2013	529 50.000	554 50.000
Pré-pagamento	(d) 4,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2018	71	766

	Principal: semestrais a partir de 2013 até 2018	104.803	106.989
Total controladora		<u>215.377</u>	<u>173.168</u>
Parcela no circulante		79.639	76.440
Parcela no passivo não circulante		<u>135.738</u>	<u>96.728</u>
		<u>215.377</u>	<u>173.168</u>

- a) O montante de R\$ 9.426, referente ao contrato de pré-pagamento de exportação (financiamento de máquina), está garantido por notas promissórias no montante de US\$ 36,5 milhões, acrescido de juros e ajustado pelo efeito de variação cambial, conforme “*Credit Agreement*” firmado entre as partes.
- b) Em 08 de fevereiro de 2013 a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de NCE no valor de R\$ 50.000 a taxa BRL pré + 8% a.a., juntamente com um swap no mesmo montante, de ponta ativa BRL + 8% a.a. e ponta passiva de 98,7% do CDI.
- c) Em 28 de novembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Votorantim, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) através do programa “BNDES-Exim” na modalidade “BNDES-Exim Pré-Embarque PSI”, no montante de R\$ 50.000. Os recursos provenientes da operação são utilizados pela empresa na produção e exportação de bens incluídos no Grupo II da Carta Circular nº 31/2007 de 30/07/2007 do BNDES. O vencimento da operação será em 15 de maio de 2013. Os juros são calculados na base de 9% a.a. com pagamentos trimestrais até o vencimento final do principal.
- d) Em 26 de setembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de US\$ 52,4 milhões, com 2 anos de carência e vencimentos semestrais até 26 de setembro de 2018. A taxa de juros contratada é de 4,85% a.a. Para proteger essa operação frente às oscilações do dólar, foi contratada uma operação de *swap* no mesmo montante, de ponta ativa em US\$ + 4,85% a.a. e ponta passiva de CDI + 1,70% a.a.

Consolidado						
Modalidade		Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Financiamento máquina	(e)	LIBOR + 0,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016	46	1
				Principal: semestrais até 2016	11.543	11.769
	(f)	LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2023	558	580
				Principal: semestrais até 2023	71.794	73.121
Financiamento planta USA	(g)	LIBOR + 4,00%	Dólar	Juros: semestrais até 2013	52	166
				Principal: semestral até 2013	5.035	10.218

Consolidado					
Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
(h)	LIBOR + 2,45%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: semestral até 2015	197 17.275	60 17.530
(i)	LIBOR + 3,91%	Dólar	Juros: semestrais até 2014 Principal: semestral até 2014	11 2.517	60 3.832
(j)	LIBOR + 3,08%	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: semestral até 2016	94 14.348	143 16.093
(k)	LIBOR + 2,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: 03/04/2016	173 10.069	99 10.217
(l)	SIFMA	Dólar	Juros: mensais até 2030 Principal: 2030	3 17.716	4 18.225
(m)	LIBOR + 1,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2020 Principal: semestral até 2020	1.160 85.126	489 86.333
(n)	LIBOR + 1,20%	Dólar	Juros: semestrais até 2022 Principal: semestral até 2022	275 68.135	500 61.828
(o)	LIBOR + 2,85%	Dólar	Juros: semestrais até 2017 Principal: 29/06/2017	269 39.772	636 40.277
(p)	LIBOR + 3,05%	Dólar	Juros: semestrais até 2014 Principal: 21/08/2014	43 10.069	141 10.217
(q)	LIBOR + 3,05%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 30/01/2015	79 13.089	
(r)	LIBOR + 2,10%	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 28/01/2015	20 5.202	
Total controladas				<u>374.670</u>	<u>362.539</u>
Total consolidado				<u>590.047</u>	<u>535.707</u>
Parcela no circulante (consolidado)				114.531	112.361
Parcela no passivo não circulante (consolidado)				<u>475.516</u>	<u>423.346</u>
				<u>590.047</u>	<u>535.707</u>

- e) O montante de R\$ 11.589 refere-se ao contrato de financiamento entre a Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (kfw), firmado em 27 de julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido não-tecido (“*nonwoven*”), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais até 2016.
- f) O montante de R\$ 72.352 refere-se às parcelas liberadas, do total de US\$ 37,5 milhões, contratados pela Isofilme junto ao Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada em Pouso Alegre, Minas Gerais. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,25% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais.

- g) O montante de R\$ 5.087 refere-se ao contrato de financiamento entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, firmado em 19 de setembro de 2008 e destinado ao financiamento da planta nos Estados Unidos.
- h) Em 16 de novembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas junto ao Banco HSBC, operações no total de US\$ 10,1 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações ocorrerá em 24 de abril de 2015 e 25 de novembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,45% a.a., em média.
- i) Em 5 de março de 2012, foi contratada junto ao banco HSBC uma operação de US\$ 2,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 26 de agosto de 2014, com pagamento de principal e juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,91% a.a.
- j) Em 4 de março de 2011 e em 07 de julho de 2011, foram contratadas junto ao Banco Itaú, operações no total de US\$ 9 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 04 de março de 2016 e 10 de junho de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,08% a.a., em média.
- k) Em 13 de abril de 2011, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 03 de abril de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,5% a.a.
- l) Em 12 de maio de 2010, houve a captação de US\$ 9,1 milhões para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada *Recovery Zone Facility Bonds*, consiste na emissão de títulos públicos americanos, do condado de *Iredell*, administrada por um agente (*Wells Fargo Bank*), e garantida pelo Banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (*Securities Industry and Financial Markets Association*). A taxa SIFMA em 31 de março de 2013 foi de 0,25% a.a.
- m) O montante de R\$ 86.286 refere-se às parcelas liberadas, do total de US\$ 51,8 milhões, contratados em 12 de fevereiro de 2010 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã *Euler Hermes Kreditversicherungs AG*. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,5% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais.
- n) O montante de R\$ 68.410 refere-se à parcela liberada, do total de US\$ 37,5 milhões, contratados em 08 de agosto de 2011 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã *Euler Hermes Kreditversicherungs AG*. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,20% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais.

- o) Em 25 de julho de 2012, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 20 milhões para o financiamento da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 29 de junho de 2017, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,85% a.a.
- p) Em 16 de agosto de 2012, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 21 de agosto de 2014, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,05% a.a.
- q) Em 30 de janeiro de 2013, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 6,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 30 de janeiro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,05% a.a.
- r) Em 06 de fevereiro de 2013, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 2,6 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 28 de janeiro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,10% a.a.

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
2014	9.586	19.453	57.005	73.152
2015	19.170	19.453	83.608	60.534
2016	69.170	19.453	116.009	61.676
De 2017 até 2030	37.812	38.369	218.894	227.984
	<u>135.738</u>	<u>96.728</u>	<u>475.516</u>	<u>423.346</u>

Todas as captações destinadas ao financiamento da planta nos Estados Unidos são garantidas pela Companhia. Em 31 de março de 2013, os avais garantem os R\$ 290.727 de endividamento da Providencia USA Inc. Além disso, a Companhia possui junto ao Banco HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US\$ 9,1 milhões relativos à captação do Recovery Zone Facility Bond.

As captações destinadas ao financiamento exclusivo das máquinas possuem penhor mercantil das próprias máquinas pelos saldos remanescentes do financiamento. Em 31 de março de 2013, esse montante representa R\$ 238.637, dos quais R\$ 154.696 referem-se à máquina da planta nos Estados Unidos e R\$ 83.941 referem-se à máquina da Isofilme.

Os empréstimos nacionais não possuem garantias.

Abreviaturas:

CDI - Certificado de Depósito Interbancário

LIBOR - *London Interbank Offered Rate* (Taxa Interbancária de Londres)

SIFMA - *Securities Industry and Financial Markets Association* (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários)

Com o objetivo de financiar as obras e instalações e o capital de giro das novas plantas, a Companhia e suas controladas abriram linhas de crédito no montante de US\$ 100 milhões junto a diversas instituições financeiras, cujas taxas variam de LIBOR + 3,00% até LIBOR + 4,94% a.a. Esses recursos serão disponibilizados na medida em que identificada a necessidade de suprimento do caixa das plantas que estão recebendo os investimentos.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		Valor justo	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos e financiamentos	215.377	173.168	222.885	182.110	590.047	535.707	589.213	539.201
	<u>215.377</u>	<u>173.168</u>	<u>222.885</u>	<u>182.110</u>	<u>590.047</u>	<u>535.707</u>	<u>589.213</u>	<u>539.201</u>

A controlada Providencia USA Inc. possui três operações junto ao banco HSBC (nota 16(h)), no montante total de US\$ 10,1 milhões, os quais possuem cláusula restritiva (*debt covenant*) de dívida líquida/EBITDA, cujos indicadores estão sendo cumpridos.

17 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora				
ICMS	231	171	292	218
PIS	60		121	
COFINS	260		542	
IRRF	1.153		350	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher	273		202	
Demais obrigações tributárias	385		375	
	<u>2.362</u>	<u>171</u>	<u>1.882</u>	<u>218</u>
Controladas				
ICMS	147		180	
IRRF	231		228	
IRPJ e CSLL	88		614	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher	124		113	
Imposto sobre propriedade Statesville			1.395	
Demais obrigações tributárias	50		48	
	<u>640</u>		<u>2.578</u>	
Consolidado	<u>3.002</u>	<u>171</u>	<u>4.460</u>	<u>218</u>

18 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de março de 2013:

	Controladora				Consolidado			
	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012		31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	800	29	765	22	1002	30	977	23
Cível	25		25		25		25	
Fiscal						33		33
Total	825	29	790	22	1027	63	1002	56
Circulante	225		225		407		427	
Não circulante	600	29	565	22	620	63	575	56

A movimentação das provisões no período findo em 31 de março de 2013 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	790	1.002
Adições	50	70
Baixas	(15)	(45)
Saldo em 31 de março de 2013	825	1.027

(a) Processos de natureza trabalhista

Em geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

(b) Processos de natureza cível

Em geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexigibilidade de título executivo e sustação de protesto.

(c) Processos de natureza fiscal

Em 31 de março de 2013, a controlada Isofilme figura como parte em um processo judicial referente ICMS sobre energia elétrica disponibilizada e não utilizada.

No dia 15 de abril de 2013 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, o decreto nº 46.215 que regulamenta a dispensa do pagamento do ICMS sobre a energia que não é efetivamente usada.

(d) Ações possíveis não provisionadas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, de acordo com a avaliação jurídica, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Trabalhistas	727	852	749	874
Cíveis	3.024	3.024	3.054	3.054
	<u>3.751</u>	<u>3.876</u>	<u>3.803</u>	<u>3.928</u>

(e) Antigos controladores

Em 31 de março de 2013, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores somam R\$ 2.423 na Controladora e no Consolidado (R\$ 2.442 em 31 de dezembro de 2012).

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS PASSIVOS

O montante registrado a título de impostos diferidos passivos é reconhecido para fazer frente à realização das diferenças temporárias e estão apresentados de forma líquida, conforme previsto no CPC 32. A composição é feita da seguinte forma:

	Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Passivo		
Imposto de Renda (IR)		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	43.363	37.785
Custo atribuído ao ativo imobilizado	2.815	2.853
	<u>46.178</u>	<u>40.638</u>
Alíquota de IR	25%	25%
Total de débito de imposto de renda	<u>11.545</u>	<u>10.160</u>
Contribuição social		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	43.363	37.785
Custo atribuído ao ativo imobilizado	2.815	2.853
	<u>46.178</u>	<u>40.638</u>
Alíquota de CS	9%	9%
Total de débito contribuição social	<u>4.157</u>	<u>3.657</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo líquido	<u>15.702</u>	<u>13.817</u>

As diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, à amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada Isofilme.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de março de 2013, o capital social de R\$ 409.003 está representado por 80.041.132 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

Acionistas Controladores e ligados aos Controladores		
FIP Volluto	13.952.203	17,4%
Investidores Institucionais II – Fundo de Investimento em Participações	10.074.423	12,6%
FIP Bssf II	9.417.737	11,8%
FIP Brasil Equity II	6.278.492	7,8%
Banco Espírito Santo S.A.	5.861.269	7,3%
Boreal Fundo de Investimentos em Participações*	4.651.081	5,8%
Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco S.A.	1.953.757	2,5%
Fundo de Investimentos em Partic. C.A.	1.162.683	1,5%
Fip Ggpar (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	970.724	1,2%
Boreal Ações III Fia*	<u>2.690.700</u>	<u>3,4%</u>
Total Acionistas Controladores e ligados aos Controladores	<u>57.013.069</u>	<u>71,3%</u>
Administradores		
Diretoria	87.509	0,1%
Conselho de Administração	4	0,0%
Conselho Fiscal	<u>4.000</u>	<u>0,0%</u>
Total Administradores	<u>91.513</u>	<u>0,1%</u>
Ações em circulação (<i>free float</i>)		
Sul América Investimentos**	4.348.800	5,4%
Outros***	<u>18.556.450</u>	<u>23,2%</u>
Total Ações em circulação (<i>free float</i>)	<u>22.905.250</u>	<u>28,6%</u>
Ações em tesouraria	<u>31.300</u>	<u>0,0%</u>
Total Ações em tesouraria	<u>31.300</u>	<u>0,0%</u>
Total Ações	<u>80.041.132</u>	<u>100,0%</u>

* Acionistas ligados ao Boreal Fundo de Investimentos em Participações

** Sul América FI em Ações, Sul América Dividendos FI em Ações e NBF Sulamérica Master Prev FIM, três fundos de investimentos administrados pela Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, com representação igual ou superior a 5% do capital social da Companhia.

*** Foram adicionadas ao grupo “Outros” as ações do DVG1 Fundo de Investimento em Ações, visto que o fundo passou a deter representação inferior a 5% do total de ações

ordinárias emitidas pela Companhia, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 01/02/2013.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

b) Opções de compra de ações

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e conforme as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 10 de setembro de 2010, a Companhia pode outorgar opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas.

As diretrizes para conceder opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar opção de compra de ações às pessoas indicadas. A opção de compra de ações a ser oferecida nos termos dessas Diretrizes representará, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, dos planos de opção de compra das ações são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.

Atualmente estão vigentes dois planos de opção de compra de ações. Os planos possuem três períodos de carência para o exercício das opções: Após o decurso de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir mais 30% das ações objeto da opção; e, após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos.

O reconhecimento nas demonstrações financeiras começa a ser feito a partir do mês em que os beneficiários assinam os contratos individuais.

A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia.

Até 31 de março de 2013 foram exercidas 117.800 ações referente ao plano aprovado em 30 de maio de 2011. As ações entregues pela Companhia haviam sido adquiridas no período entre 26 de setembro de 2011 e 25 de setembro de 2012 e estavam consignadas na conta de ações em tesouraria. O efeito do exercício no montante de R\$ 146 das opções exercidas foi registrado na conta de Reserva de Capital. Também foram canceladas as opções correspondentes a 175.000 ações, devido a saída de pessoas que participavam dos planos.

O quadro abaixo demonstra os detalhes dos planos vigentes:

<u>Data da aprovação</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Preço de exercício</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>% do Capital Social</u>
30/05/2011	829.000	6,10	30/05/2018	1.510	1,04%
25/05/2012	460.000	6,35	25/05/2019	711	0,58%

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Data da aprovação	Quantidade de ações	Taxa de juros anual livre de risco	Prazo total em anos	Volatilidade anual esperada	Valor justo da opção na data da outorga
30/05/2011	829.000	12,15%	3	52,86%	1,82
25/05/2012	460.000	8,79%	3	48,56%	1,57

Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 1,23%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto dos planos de opção de compra de ações vigentes, e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 31 de março de 2013, acrescido do número total de ações objeto dos planos de opção de compra de ações, ou seja:

$$\text{“Diluição em 31/03/2013”} = 996.200 / (80.041.132 + 996.200) \times 100 = 1,23\%$$

Movimentação das opções	2013	2012
Quantidade inicial	1.289.000	829.000
Opções outorgadas		460.000
Opções exercidas	(117.800)	
Opções não exercidas	(175.000)	
Quantidade final	996.200	1.289.000
Preços de exercício - plano aprovado em 30/05/2011	6,10	6,10
Preços de exercício - plano aprovado em 25/05/2012	6,35	6,35
Data de vencimento - plano aprovado em 30/05/2011	30/05/2018	30/05/2018
Data de vencimento - plano aprovado em 25/05/2012	25/05/2019	25/05/2019

(c) Reservas de capital

O saldo de reserva de capital de R\$ 12.003 em 31 de março de 2013 (R\$ 11.878 em 31 de dezembro de 2012) é composto pela reserva de ágio na emissão de ações, no montante de R\$ 10.849 (R\$ 10.703 em 31 de dezembro de 2012), e pela reserva especial para fazer frente aos compromissos do novo plano de opções de compra de ações, de acordo com a nota 20 (b), cujo saldo totaliza R\$ 1.154 em 31 de março de 2013 (R\$ 1.175 em 31 de dezembro de 2012).

(d) Ações em tesouraria

Movimentação ações em tesouraria	Valor	Quantidade
Saldo em 31 de dezembro de 2012	813	149.100
Programa <i>Stock Options</i>	(642)	(117.800)
Saldo em 31 de março de 2013	171	31.300

Em 26 de setembro de 2011, a Companhia iniciou seu 3º Programa de Recompra de Ações de própria emissão, o qual se encerrou em 25 de setembro de 2012.

Neste período, a Companhia recomprou 149.100 ações, pelo montante de R\$ 813. Até 31 de março de 2013, a Companhia vendeu 117.800 ações por conta do exercício das opções relativas ao plano de *Stock Options*.

(e) Reservas de lucros

	Controladora e consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Reserva legal	9.740	9.740
Reserva para futuros investimentos	68.518	68.518
Reserva para dividendos adicionais propostos	33.789	33.789
Total	<u>112.047</u>	<u>112.047</u>

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.

(f) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 1 de abril de 2013, foi aprovada a distribuição de 100% da base de cálculo dos dividendos ajustada em 31 de dezembro de 2012. Em novembro de 2012 a Companhia pagou R\$ 19.273 em dividendos antecipados. O saldo restante no valor de R\$ 33.789, correspondente à R\$ 0,42 por ação ordinária, será pago em 27 de maio de 2013.

Em relação à política de dividendos, a Companhia manterá a mesma prevista no seu estatuto social.

(g) Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período, conforme detalhado no quadro abaixo. Não houve movimentação na quantidade de ações emitidas, e o cálculo da quantidade de ações dilutivas efetuado pela Companhia não apresentou resultado relevante a ponto de alterar o lucro por ação. Desta forma, o lucro diluído por ação apresentou diferença irrelevante para divulgação, ou seja, o lucro diluído por ação foi praticamente igual ao lucro básico por ação:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Resultado do período	5.050	7.055
Quantidade de ações	<u>80.010</u>	<u>79.892</u>
Lucro por ação	<u><u>0,06</u></u>	<u><u>0,09</u></u>

(h) Ajustes de avaliação patrimonial

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado (a)	155.881	158.443
Ajustes acumulados de conversão (b)	<u>(479)</u>	<u>(581)</u>
Total	<u><u>155.402</u></u>	<u><u>157.862</u></u>

Os movimentos do período referem-se a:

- (a) Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R\$ 2.562 no período findo em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012;
- (b) Ajustes acumulados de conversão: Variação cambial do investimento na controlada Providencia USA Inc., no valor de R\$ 102.

21 RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Vendas brutas de produtos	121.316	122.665	185.387	159.995
Devoluções de vendas	(5.145)	(3.755)	(6.284)	(4.118)
Impostos sobre vendas	<u>(14.855)</u>	<u>(14.327)</u>	<u>(18.494)</u>	<u>(16.454)</u>
Receita líquida	<u><u>101.316</u></u>	<u><u>104.583</u></u>	<u><u>160.609</u></u>	<u><u>139.423</u></u>

22 DESPESAS POR NATUREZA E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Custos variáveis e gastos gerais de fabricação	(68.356)	(72.717)	(114.921)	(96.572)
Despesas com vendas				
Logística	(8.043)	(6.561)	(10.363)	(7.281)
Comissões	(526)	(460)	(564)	(460)
Outras	(438)	(1.424)	(580)	(1.668)
Total despesas com vendas	(9.007)	(8.445)	(11.507)	(9.409)
Despesas administrativas				
Pessoal	(5.322)	(3.950)	(7.103)	(5.387)
Administradores	(1.469)	(1.856)	(1.469)	(1.856)
Despesa de benefícios a empregados	(1.982)	(1.144)	(2.879)	(1.816)
Despesa com <i>utilities</i>	(397)	(158)	(773)	(238)
Serviços prestados	(1.414)	(1.152)	(1.767)	(1.336)
Despesas de viagem	(533)	(371)	(672)	(425)
Impostos e taxas	(85)	(54)	(273)	(156)
Encargos de depreciação e amortização	(741)	(1.199)	(1.483)	(1.331)
Outras despesas	(909)	(321)	(1.638)	(920)
Total despesas administrativas	(12.852)	(10.205)	(18.057)	(13.465)
Outras receitas				
Receita de aluguel		352		356
Reversão de provisões e recuperação de despesas	138	41	(22)	41
Outras	(186)	(204)	(186)	(182)
Total outras receitas	(48)	189	(164)	215
Total	(90.263)	(91.178)	(144.649)	(119.231)

23 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Juros	426	229	434	287
Varição cambial	3.661	10.324	3.804	10.045
Receitas ou despesas com operações de derivativos	(328)	569	(328)	569
Rendimentos de aplicações financeiras	1.368	1.773	1.393	1.810
Ajuste a valor presente de recebíveis	(189)	(142)	(214)	(118)
Outros	146	266	146	269
	5.084	13.019	5.235	12.862

As variações nas receitas financeiras observadas no período findo em 31 de março de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012, se devem, principalmente, ao efeito da

variação cambial sobre os ativos expostos em moeda estrangeira e a redução nos rendimentos das aplicações financeiras em função da redução dos montantes aplicados.

As receitas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de *swap*, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

(b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Juros	(4.012)	(3.372)	(6.580)	(4.546)
Variação cambial	(5.444)	(13.815)	(4.704)	(14.506)
Despesas com operação de derivativos	(1.421)	(2.084)	(1.421)	(2.084)
Outros	(354)	(521)	(612)	(1.074)
	<u>(11.231)</u>	<u>(19.792)</u>	<u>(13.317)</u>	<u>(22.210)</u>

As variações nas despesas financeiras observadas no período findo em 31 de março de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012, referem-se, principalmente, ao efeito da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira.

As despesas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de *swap*, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

24 DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Conciliação da alíquota efetiva dos tributos

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Lucro antes dos tributos	6.737	9.319	7.878	10.844
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de IR e CS à alíquota básica	(2.291)	(3.168)	(2.679)	(3.687)
Efeito tributário de (adições) exclusões:				
Resultado de investimentos em controladas	623	914		
Itens permanentes, líquidos	<u>(19)</u>	<u>(10)</u>	<u>(149)</u>	<u>(102)</u>
Valor lançado ao resultado	(1.687)	(2.264)	(2.828)	(3.789)
Diferido	<u>(1.687)</u>	<u>(2.264)</u>	<u>(2.828)</u>	<u>(3.789)</u>
Valor lançado ao resultado	<u>(1.687)</u>	<u>(2.264)</u>	<u>(2.828)</u>	<u>(3.789)</u>

(b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 31 de março de 2013

	Controladora		
	31 de dezembro de 2012	Movimento	31 de março de 2013
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	200.661	11.296	211.957
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	<u>68.224</u>	<u>3.841</u>	<u>72.065</u>
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 34%:			
Adições temporárias	2.895	(3.177)	(282)
Depreciação	(60.916)	(3.795)	(64.711)
Outras	1.949	772	2.721
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 9%:			
Provisões	1.423		1.423
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	<u>(18.936)</u>	<u>(2.107)</u>	<u>(21.043)</u>
IRPJ Diferido - ágio	55.637	(3.477)	52.160
CSLL Diferido - ágio	20.029	(1.251)	18.778
IRPJ Diferido - custo atribuído	(59.303)	961	(58.342)
CSLL Diferido - custo atribuído	<u>(21.349)</u>	<u>346</u>	<u>(21.003)</u>
3) Diferenças permanentes	<u>(4.986)</u>	<u>(3.421)</u>	<u>(8.407)</u>
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	<u>44.302</u>	<u>(1.687)</u>	<u>42.615</u>
Total do efeito de IR e CS no resultado		<u>(1.687)</u>	
		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	Movimento	31 de março de 2013
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	201.307	12.355	213.662
Prejuízo fiscal EUA	9.590	2.102	11.692
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	72.184	5.020	77.204
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 34%:			
Adições temporárias	17.548	(4.850)	12.698
Depreciação	(82.397)	(6.735)	(89.132)
Outras	9.563	3.940	13.503
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 9%:			
Provisões	1.423		1.423
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	<u>(18.669)</u>	<u>(2.598)</u>	<u>(21.267)</u>
IRPJ Diferido - ágio	55.637	(3.477)	52.160
CSLL Diferido - ágio	20.029	(1.251)	18.778
IRPJ Diferido - custo atribuído	(59.303)	961	(58.342)
CSLL Diferido - custo atribuído	<u>(21.349)</u>	<u>346</u>	<u>(21.003)</u>
3) Diferenças permanentes	<u>(4.986)</u>	<u>(3.421)</u>	<u>(8.407)</u>
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	<u>48.529</u>	<u>(1.000)</u>	<u>47.530</u>
Diferenças temporárias e permanentes controladas (Passivo)		<u>(1.828)</u>	
Total do efeito de IR e CS no resultado		<u>(2.828)</u>	

25 PLANO DE PREVIDÊNCIA

Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidenciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e, também, pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social.

A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados.

No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições.

O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante.

O montante das contribuições da Companhia e suas controladas efetuadas no período findo em 31 de março de 2013, totalizou R\$ 144 (R\$ 113, comparativamente ao mesmo período de 2012), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

26 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas, Iofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e Providencia USA Inc. adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas realizam o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

Ramo	Importâncias seguradas	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Patrimonial		
Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes	826.797	647.892
Responsabilidade Civil Geral		
Estabelecimentos Comerciais	99.080	82.864
Responsabilidade Civil		
D&O	33.090	33.199
Transporte Internacional		

Importação e Exportação	12.781	6.831
Total	<u>971.748</u>	<u>770.786</u>

As coberturas de seguros são:

- Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo/furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens;
- Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados;
- Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O);
- Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade; e,
- Seguro garantia - garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento.

Os acréscimos observados nas importâncias seguradas se referem basicamente à inclusão da nova máquina na planta em Statesville, nos Estados Unidos, e também devido ao trabalho realizado pela Administração visando aumentar as importâncias seguradas sem acréscimo no valor do custo dos seguros.

27 PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora

	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Aplicações financeiras	7.170	7.036
Contrato de opção de dólar (Call-compra)		
Isofilme Ind. e Com. Plásticos Ltda.		
Contrato de mútuo (a)	20.902	17.604
Providencia USA Inc.		
Contrato de mútuo (b)	<u>3.048</u>	
	<u>31.120</u>	<u>24.640</u>
Passivo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Swap de taxa de juros LIBOR6 flutuante x pré-fixada	<u>78</u>	<u>82</u>

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Juros sobre contratos de mútuo				
Companhia Providência Indústria e Comércio	324	173		
Providencia USA Inc.			26	85
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.			298	88
Variação cambial				
Companhia Providência Indústria e Comércio		589	30	
Providencia USA Inc.	30			589
Venda de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio		1.224		
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	1.132			
Compra de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio			1.132	
Providencia USA Inc.				1.224
Aplicações financeiras e derivativos				
Banco Espírito Santo S.A.	121	169	39	16
	<u>1.607</u>	<u>2.155</u>	<u>1.525</u>	<u>2.002</u>

- (a) Em 10 de julho, 10, 16, 30 de agosto e 10 de setembro de 2012 foram firmados contratos de mútuo no montante total de R\$ 9.550 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 10 de julho, 10, 16, 30 de agosto e 10 de setembro de 2013. A taxa de correção é de 102% do CDI;

Em 01 e 10 de outubro de 2012, foram firmados contratos de mútuo no montante total de R\$ 2.500 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 01 e 10 de outubro de 2013. A taxa de correção é de 100% do CDI + 1,7% a.a.;

Adicionalmente, em 02, 08 de janeiro e 13, 22 de fevereiro de 2013, foram firmados contratos de mútuo no montante total de R\$ 8.414 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 02, 07 de janeiro e 10, 22 de fevereiro de 2014. A taxa de correção é de 100% do CDI + 1,7% a.a.;

- (b) Em 07 de janeiro de 2013, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 1.500 (R\$ 3.021) com a Providencia USA Inc., com vencimento para 07 de janeiro de 2014. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a.;
- (c) Remuneração global dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de abril de 2013, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 7.050, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.

Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas, no período findo em 31 de março de 2013, despesas com remuneração dos membros chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Remuneração	1.284	1.675
Remuneração baseada em ações	<u>185</u>	<u>181</u>
	<u>1.469</u>	<u>1.856</u>

28 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA

Até 31 de março de 2013 as controladas efetuaram captações de empréstimos no montante de R\$ 7.707 (R\$ 38.696 em 31 de março de 2012), os quais foram utilizados para a compra de ativo imobilizado.

29 COMPROMISSOS

A controlada Isofilme possui contrato de locação de imóvel para o qual tem o compromisso mensal de R\$ 85.

Companhia alcança no 1T13 Receita Líquida de R\$ 160,6 milhões, 15,2% superior ao 1T12

São José dos Pinhais, 09 de maio de 2013 - A Companhia Providência Indústria e Comércio - Providência [Bovespa: PRVI3], líder na fabricação e comercialização de nãotecidos no Brasil, com significativa presença nas Américas e atuação global, anuncia hoje seus resultados do primeiro trimestre de 2013 (1T13). A Companhia informa que os números aqui apresentados contemplam as subsidiárias Providencia USA Inc., e Isofilme. Os períodos aqui comparados já contemplam os ajustes da Lei contábil 11.638/07 e ajustes para a convergência do IFRS (International Financial Reporting Standards).

Destaques do 1º Trimestre de 2013

- ▣ O **Volume de Vendas** somou **27,0 mil toneladas**, um crescimento de 16,8% em relação mesmo período do ano anterior. Comparativamente ao 4T12 o crescimento foi de 8,2%;
- ▣ A **Receita líquida** atingiu **R\$ 160,6 milhões, 15,2% mais que no 1T12**, basicamente em função do aumento no volume de vendas;
- ▣ O **EBITDA Ajustado** alcançou **R\$ 25,8 milhões, 10,8% inferior** ao 1T12;
- ▣ O **Lucro Líquido** no período totalizou **R\$ 5,1 milhões, 28,4% inferior** ao 1T12;
- ▣ A **Dívida Líquida** apresentou acréscimo de **R\$ 108,9 milhões, ou 30,6%**, em relação ao 1T12, sendo o principal fator a captação para financiamento dos projetos de novas máquinas no Brasil e nos EUA.

Destaques Operacionais e Financeiros (R\$ mil)	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
Volume	26.989	23.105	16,8%	24.952	8,2%
Receita Líquida	160.609	139.423	15,2%	152.784	5,1%
Lucro Bruto	45.688	42.851	6,6%	47.405	-3,6%
<i>Margem Bruta</i>	<i>28,4%</i>	<i>30,7%</i>	<i>-2,3 p.p.</i>	<i>31,0%</i>	<i>-2,6 p.p.</i>
EBITDA Ajustado	25.789	28.924	-10,8%	33.803	-23,7%
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	<i>16,1%</i>	<i>20,7%</i>	<i>-4,7 p.p.</i>	<i>22,1%</i>	<i>-6,1 p.p.</i>
Lucro Líquido do exercício	5.050	7.055	-28,4%	11.251	-55,1%
<i>Margem Líquida</i>	<i>3,1%</i>	<i>5,1%</i>	<i>-1,9 p.p.</i>	<i>7,4%</i>	<i>-4,2 p.p.</i>
Lucro por ação	0,06311	0,08814	-28,4%	0,14057	-55,1%
<i>Endividamento Líquido</i>	<i>464.184</i>	<i>355.295</i>	<i>30,6%</i>	<i>451.562</i>	<i>2,8%</i>
<i>Dívida líquida / EBITDA</i>	<i>3,8</i>	<i>3,6</i>	<i>4,7%</i>	<i>3,6</i>	<i>5,0%</i>
<i>Dívida líquida / EBITDA Sem o Endividamento das Linhas Pré Operacionais *</i>	<i>2,3</i>	<i>2,5</i>	<i>-7,6%</i>	<i>2,2</i>	<i>3,1%</i>

Comentários Administração

Apresentamos aos nossos acionistas e ao mercado em geral as demonstrações financeiras referentes ao 1T13.

A receita líquida atingiu R\$ 160,6 milhões no 1T13, um crescimento de 15,2% em relação ao 1T12 que se deve preponderantemente à elevação do volume de vendas, bem como à elevada utilização da capacidade de produção disponível, que atingiu um volume de 26.989 toneladas neste trimestre, representando crescimento de 16,8% em comparação com o 1T12.

O EBITDA Ajustado atingiu no 1T13 R\$ 25,8 milhões, 10,8% inferior em comparação ao 1T12. A margem EBITDA Ajustada totalizou 16,1%, 4,7 p.p. inferior ao 1T12. Com base no *Chemical Data Index* – CDI o polipropileno, principal matéria prima dos nossos produtos, está maior em 8,3% que no mesmo período do ano anterior. Em relação ao 4T12, a alta foi de 26,5%. A Companhia está trabalhando no processo de reposicionamento dos preços de venda.

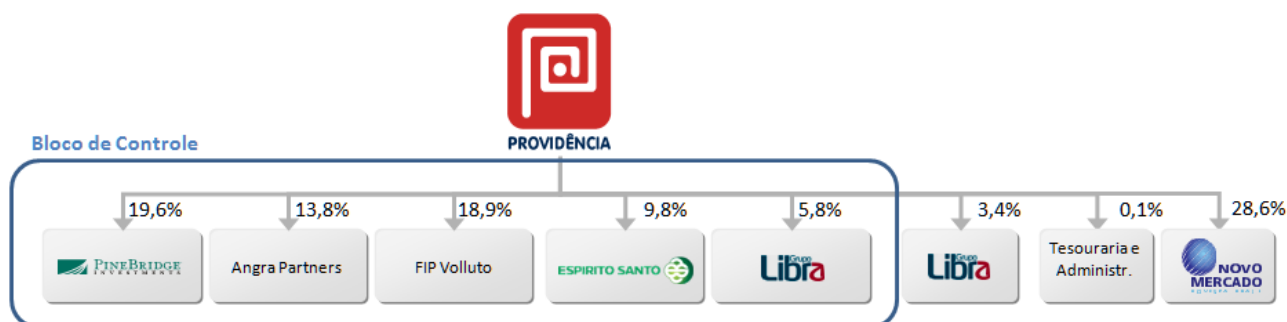
Neste trimestre, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 5,1 milhões.

Alguns dos destaques do período foram:

- A evolução com a inauguração, dentro do cronograma previsto, do projeto de expansão em Statesville (NC) nos Estados Unidos, em 26 de março de 2013. Essa é a nossa 13ª linha de produção, e aumentará a capacidade em 20 mil toneladas por ano, dobrando a capacidade de produção da Companhia nos EUA;
- A Companhia Providência chegou ao final de 2012 com uma capacidade instalada de 120 mil toneladas/ano, reafirmando-se como um dos maiores e mais modernos players da indústria mundial de nãotecidos. Em 2013, serão 140 mil toneladas/ano.

Composição Acionária

Em 31 de março de 2013, a composição acionária da Companhia Providência era a seguinte:



Desempenho Operacional

Neste trimestre a Companhia apresentou um aumento no volume total de vendas de 16,8% na comparação com o mesmo período de 2012.

As vendas de não tecidos mostraram um acréscimo de 14,2% em relação ao registrado no 1T12.

Volume de Vendas	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
Nãotecidos	24.376	21.345	14,2%	22.834	6,8%
Outros	2.613	1.760	48,5%	2.118	23,4%
Total	26.989	23.105	16,8%	24.952	8,2%

Desempenho Financeiro

Receita Bruta

A receita bruta totalizou R\$ 185,4 milhões no 1T13, um aumento de 15,9% em relação aos R\$ 160,0 milhões registrados no 1T12. No comparativo com o 4T12 houve um acréscimo de 4,5%.

Estas variações se deram, principalmente, em função do aumento do volume de vendas, realinhamento de preços e à valorização do Real frente ao dólar.

Receita Bruta	(R\$ mil)	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
Nãotecidos		180.170	157.605	14,3%	173.165	4,0%
Outras		5.217	2.390	118,3%	4.267	22,3%
Receita Bruta Total		185.387	159.995	15,9%	177.432	4,5%

Demonstração de Resultados Companhia Providência – Consolidado

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
Receita bruta de vendas	185.387	159.995	15,9%	177.432	4,5%
Impostos sobre vendas	(18.494)	(16.454)	12,4%	(18.769)	-1,5%
Devoluções de vendas	(6.284)	(4.118)	52,6%	(5.879)	6,9%
Deduções de vendas	(24.778)	(20.572)	20,4%	(24.648)	0,5%
Receita líquida das vendas	160.609	139.423	15,2%	152.784	5,1%
Custo dos produtos vendidos	(114.921)	(96.572)	19,0%	(105.379)	9,1%
Lucro bruto	45.688	42.851	6,6%	47.405	-3,6%
Despesas com vendas	(11.507)	(9.409)	22,3%	(8.600)	33,8%
Despesas administrativas	(18.057)	(13.465)	34,1%	(14.831)	21,8%
Outras Receitas Operacionais líquidas	(164)	215	-176,3%	(363)	-54,8%
Receitas (despesas) operacionais	(29.728)	(22.659)	31,2%	(23.794)	24,9%
Lucro operacional	15.960	20.192	-21,0%	23.611	-32,4%
Receitas financeiras	5.235	12.862	-59,3%	10.980	-52,3%
Despesas financeiras	(13.317)	(22.210)	-40,0%	(17.473)	-23,8%
Resultado Financeiro Líquido	(8.082)	(9.348)	-13,5%	(6.493)	24,5%
Lucro antes dos tributos	7.878	10.844	-27,4%	17.118	-54,0%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	0,0%	(653)	-100,0%
IR/CSLL Diferido	(2.828)	(3.789)	-25,4%	(5.214)	-45,8%
Lucro Líquido	5.050	7.055	-28,4%	11.251	-55,1%

Receita Líquida

A receita líquida alcançou R\$ 160,6 milhões no 1T13, apresentando um acréscimo de 15,2% quando comparado com o 1T12. Comparando com o 4T12, observa-se crescimento de 5,1%. Tal crescimento está relacionado, principalmente, ao aumento do volume de vendas.

Custos dos Produtos Vendidos

Os custos com produtos vendidos (CPV) totalizaram R\$ 114,9 milhões no 1T13, um acréscimo de 19,0% se comparado com os R\$ 96,6 milhões registrados no 1T12 e acréscimo de 9,1% comparativamente aos R\$ 105,4 milhões no 4T12. Este incremento está ligado, principalmente, ao maior volume de vendas e ao aumento do custo do polipropileno.

Receitas / (Despesas) Operacionais

As despesas e receitas operacionais no 1T13 totalizaram R\$ 29,7 milhões, um acréscimo de 31,2% se comparadas com os R\$ 22,7 milhões no 1T12, e 24,9% em relação ao 4T12.

(Despesas) Receitas Operacionais	(R\$ mil)	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
(Despesas) Receitas Operacionais		(29.728)	(22.659)	31,2%	(23.794)	24,9%
Com vendas		(11.507)	(9.409)	22,3%	(8.600)	33,8%
Administrativas		(18.057)	(13.465)	34,1%	(14.831)	21,8%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(164)	215	-176,3%	(363)	-54,8%
% da Receita Líquida		18,5%	16,3%	2,3 p.p.	15,6%	2,9 p.p.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 11,5 milhões no 1T13, um aumento de 22,3% quando comparadas com os R\$ 9,4 milhões apresentados no 1T12 e crescimento de 33,8% em relação aos R\$ 8,6 milhões do 4T12. Tais variações anuais estão ligadas, principalmente, ao crescimento do volume de vendas, sendo que parte de crescimento foi nas exportações que possuem custos logísticos maiores que o mercado interno. Além disso, alguns clientes solicitaram fretes aéreos para atender situações emergenciais, entretanto esses montantes são repassados aos clientes.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas atingiram R\$ 18,1 milhões no 1T13, 34,1% acima do montante registrado no 1T12 e 21,8% acima do montante do 4T12. Tais acréscimos estão relacionados aos gastos com a entrada em produção das duas máquinas (Brasil e nos EUA), além de reajustes salariais aos colaboradores nas datases e ao efeito da desoneração da folha de pagamentos reconhecido no 4T12.

Outras receitas/despesas operacionais líquidas

No 1T13, obtivemos despesa de R\$ 0,2 milhão, correspondente a provisões efetuadas no período.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido no 1T13 foi negativo em R\$ 8,1 milhões. O decréscimo observado, se compararmos com o resultado financeiro líquido no 1T12, que foi negativo em R\$ 9,3 milhões, está diretamente relacionado às variações cambiais ocorridas sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira. Comparando com o 4T12, as variações cambiais também tiveram impacto direto tanto nas receitas, efeito positivo através da carteira de clientes em moeda estrangeira, como nas despesas financeiras, efeito negativo sobre o endividamento em moeda estrangeira. O reflexo das atuais oscilações nas cotações da moeda norte americana sobre nosso endividamento é parcialmente reduzido pela nossa carteira de clientes em moeda estrangeira.

A Companhia também conta com uma Política de Hedge, onde as operações são revistas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos, como forma de proteção às oscilações cambiais.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras alcançaram R\$ 5,2 milhões no 1T13, um decréscimo de 59,3% em relação aos R\$ 12,9 milhões do 1T12, devido às variações cambiais sobre os ativos em moeda estrangeira e à queda da taxa básica de juros, que reduziu a geração de receita sobre as aplicações do saldo de caixa.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras atingiram R\$ 13,3 milhões no 1T13, apresentando decréscimo de R\$ 8,9 milhões, comparativamente aos R\$ 22,2 milhões do 1T12. Em relação ao 4T12, houve decréscimo de R\$ 4,2 milhões. Tais oscilações estão diretamente ligadas às variações cambiais e à queda da taxa básica de juros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido houve decréscimo de R\$ 1,0 milhão em relação ao 1T12 e redução de R\$ 2,4 milhões se compararmos com o 4T12. Tais variações devem-se, principalmente, a movimentos nas diferenças permanentes e temporárias utilizadas na apuração dos tributos diferidos.

Lucro Líquido

O lucro líquido do trimestre totalizou R\$ 5,1 milhões, entretanto a **base de cálculo dos dividendos ajustada do trimestre (lucros acumulados)** atingiu R\$ 7,8 milhões, pois acrescenta a realização do custo atribuído no trimestre, líquida de impostos.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado no 1T13 atingiu R\$ 25,8 milhões, um decréscimo de 10,8% quando comparado com os R\$ 28,9 milhões registrados no 1T12. Em relação ao 4T12 houve decréscimo de 23,7%.

Reconciliação do EBITDA (R\$ mil)	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
Lucro Líquido (prejuízo)	5.050	7.055	-28,4%	11.251	-55,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.828	3.789	-25,4%	5.867	-51,8%
Despesas financeiras, líquidas	8.082	9.348	-13,5%	6.493	24,5%
Depreciação e amortização	10.272	8.710	17,9%	9.178	11,9%
Outras receitas (despesas)	(488)	22	-2318,2%	724	-167,4%
EBITDA	25.744	28.924	-11,0%	33.513	-23,2%
Margem EBITDA	16,0%	20,7%	-4,7 p.p.	21,9%	-5,9 p.p.
Despesas não recorrentes líquidas ¹	45	-	n.m.	290	-84,5%
EBITDA Ajustado	25.789	28.924	-10,8%	33.803	-23,7%
Margem EBITDA Ajustado %	16,1%	20,7%	-4,7 p.p.	22,1%	-6,1 p.p.

Despesas/Receitas não recorrentes e Outros que impactaram o EBITDA no primeiro trimestre de 2013:

¹ Honorários decorrentes do recebimentos de créditos tributários

Endividamento

A Dívida Líquida aumentou 30,6% em relação ao 1T12, em função do aumento da Dívida Bruta em R\$ 141,7 milhões, em contraponto ao incremento do Caixa em R\$ 32,8 milhões. Em relação ao 4T12 a Dívida Líquida aumentou 2,8%.

A Dívida Total teve aumento de 31,6% no 1T13, quando comparamos com o 1T12, devido aos financiamentos para os novos investimentos e à captação de R\$ 50 milhões (Notas de Crédito à Exportação) que serão utilizados para o pagamento do financiamento EXIM-PSI em maio de 2013.

A Companhia possui 35% de seu endividamento baseado em moeda local (parte em US\$, porém com hedge para CDI) e 65% em moeda estrangeira, preponderantemente tomada nos EUA com hedge natural em função da receita e ativos neste país.

Endividamento (R\$ mil)	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
Curto Prazo	114.531	73.462	55,9%	112.361	1,9%
Longo Prazo	475.516	374.854	26,9%	423.346	12,3%
Total Dívida	590.047	448.316	31,6%	535.707	10,1%
(-) Caixa e Aplicação Financeira	125.863	93.021	35,3%	84.145	49,6%
(=) Dívida Líquida	464.184	355.295	30,6%	451.562	2,8%

Investimentos

Os investimentos são principalmente orientados para manutenção e pela estratégia de crescimento, modernização e aumento da capacidade produtiva do parque industrial. Ao longo do 1T13 destacamos os seguintes investimentos:

CAPEX	(R\$ mil)	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
Máquinas de Nãotecidos		13.760	52.683	-73,9%	11.005	25,0%
Obras e Construções		339	4.309	-92,1%	854	-60,3%
Equipamentos de Informática		-	-	n.m.	243	-100,0%
Móveis e Utensílios		23	-	n.m.	22	4,5%
Tecnologia da Informação		935	964	-3,0%	538	73,8%
Total de Aquisições		15.057	57.956	-74,0%	12.662	18,9%

Os valores em “Máquinas de Nãotecidos” e “Obras e Construções” referem-se, basicamente, aos investimentos nas novas máquinas (EUA e Brasil).

Mercado de Capitais

Cotações e Volumes Negociados - em R\$	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
Cotação no final do período - PRV13	8,70	6,69	30,0%	8,95	-2,8%
Cotação no final do período - IBOVESPA	56.352	64.510	-12,6%	60.952	-7,5%
Volume Médio Diário Negociado - PRV13	551.353	276.352	99,5%	835.456	-34,0%
Volume Total Negociado no Período - PRV13	32.529.810	17.133.809	89,9%	49.291.926	-34,0%

Perspectivas

- ▣ A meta é de que a 2ª linha de produção em Statesville (NC) nos Estados Unidos – 13ª da Companhia, atinja a plena capacidade no segundo semestre de 2013, com conseqüente aumento do volume de vendas. Essa unidade acrescenta 20 mil toneladas por ano, e dobra a capacidade de produção da Companhia naquele país;
- ▣ A Companhia Providência encerrará 2013 com uma capacidade instalada de 140 mil toneladas/ano, reafirmando-se como um dos maiores e mais modernos *players* da indústria de nãotecidos mundial.

Fluxo de Caixa Companhia Providência – Consolidado

Demonstrativo do Fluxo de Caixa	(R\$ mil)	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12
Da atividade operacional				
Lucro líquido do exercício		5.050	7.055	-28,4%
Depreciação do imobilizado		9.245	7.762	19,1%
Amortização do intangível		1.027	948	8,3%
Pagamento baseado em ações		185	181	202,2%
Juros e variações monetárias		6.253	4.696	33,2%
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos		2.828	3.789	-25,4%
Perdas de valores ativos		295	744	-60,3%
(Acréscimo) decréscimo de clientes		(11.549)	27.239	-142,4%
Acréscimo de estoques		(8.689)	(1.265)	586,9%
Decréscimo de impostos a recuperar		305	865	-64,7%
Decréscimo de outros direitos realizáveis		5.002	2.863	74,7%
Decréscimo de fornecedores		(5.672)	(12.637)	-55,1%
Decréscimo de encargos sociais e provisões trabalhistas		(2.825)	(2.376)	18,9%
Decréscimo de impostos, taxas e contribuições		(1.505)	(158)	852,5%
Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades		(8)	314	-102,5%
Total dos recursos gerados pela atividade operacional		(58)	40.020	-100,1%
Da atividade de investimento				
Imobilizado		(14.122)	(56.992)	-75,2%
Intangível		(935)	(964)	-3,0%
Valor residual do ativo permanente baixado		128	3	4166,7%
Total dos recursos consumidos pela atividade de investimento		(14.929)	(57.953)	-74,2%
Da atividade de financiamento				
Captações de empréstimos/financ.		78.185	45.673	71,2%
Pagtos de empréstimos/financ. - principal		(12.111)	(8.599)	40,8%
Pagtos de empréstimos/financ. - juros		(7.081)	(5.333)	32,8%
Venda de Ações		788	-	n.m.
Total dos recursos consumidos pela atividade de financiamento		59.781	31.741	88,3%
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(3.076)	(1.963)	56,7%
Fluxo de caixa líquido do período		41.718	11.845	252,2%
Disponibilidades no início do período		84.145	81.176	3,7%
Disponibilidades no final do período		125.863	93.021	35,3%
Variação do período		41.718	11.845	252,2%

Fluxo de Caixa

A Companhia registrou aumento do saldo de caixa de R\$ 41,7 milhões no final do período, após a movimentação de suas atividades: operacionais, investimentos e de financiamentos.

O efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa mantido em moeda estrangeira está sendo apresentado separadamente, de acordo com o item 31 do CPC 03, a fim de reconciliar os saldos no início e no fim do período. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira referem-se, em sua totalidade, a Providência USA Inc.

Detalhes conforme abaixo:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A Companhia apresentou no 1T13 uma redução de caixa operacional de R\$ 0,1 milhão. Esta redução deve-se, entre outros fatores, a entrada em operação da planta nos Estados Unidos, que conseqüentemente exigiu um investimento inicial em capital de giro.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

O montante das atividades de investimentos somou R\$ 14,9 milhões, composto, preponderantemente, pelo pagamento do aceite final da nova máquina dos Estados Unidos.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

A variação nas atividades de financiamento, no 1T13, foi positiva em R\$ 59,8 milhões, representada por: entrada de R\$ 78,2 milhões, sendo R\$ 50,0 milhões referentes à Nota de Crédito à Exportação (NCE) que serão utilizados para o pagamento do financiamento EXIM-PSI em maio de 2013, e o restante relacionado ao financiamento da máquina nos Estados Unidos, saídas de R\$ 12,1 milhões referente ao pagamento de principal e R\$ 7,1 milhões referente ao pagamento de juros sobre a dívida no período. Também houve entrada de R\$ 0,8 milhão relativo ao exercício das opções de compra de ações.

Balço Patrimonial Companhia Providência - Consolidado

ATIVO	(R\$ mil)	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
Caixa e bancos		10.217	1.436	611,5%	11.475	-11,0%
Aplicações financeiras		115.646	91.585	26,3%	72.670	59,1%
Instrumentos financeiros derivativos		7.946	1.574	404,8%	10.708	-25,8%
Contas a receber de clientes		154.356	129.914	18,8%	144.059	7,1%
Estoques		61.018	51.416	18,7%	52.329	16,6%
Impostos a recuperar		46.090	38.600	19,4%	43.181	6,7%
Outros direitos realizáveis		7.442	16.890	-55,9%	12.451	-40,2%
CIRCULANTE		402.715	331.415	21,5%	346.873	16,1%
Contas a receber de clientes		3.967	4.302	-7,8%	4.196	-5,5%
Impostos a recuperar RLP		17.414	30.136	-42,2%	20.628	-15,6%
IR/CSLL diferidos		47.530	63.846	-25,6%	48.529	-2,1%
Depósitos e cauções		63	56	12,5%	56	12,5%
Depósitos e empréstimos compulsórios		30	29	3,4%	30	0,0%
Outros direitos realizáveis		127	127	0,0%	127	0,0%
Intangível		42.701	44.609	-4,3%	42.683	0,0%
Imobilizado		837.963	725.363	15,5%	837.048	0,1%
NÃO CIRCULANTE		949.795	868.468	9,4%	953.297	-0,4%
ATIVO TOTAL		1.352.510	1.199.883	12,7%	1.300.170	4,0%

PASSIVO	(R\$ mil)	1T13	1T12	Var. 1T13 / 1T12	4T12	Var. 1T13 / 4T12
Fornecedores		37.718	22.618	66,8%	43.390	-13,1%
Instrumentos financeiros derivativos		-	4.999	-100,0%	-	n.m.
Empréstimos e financiamentos		114.531	73.462	55,9%	112.361	1,9%
Encargos sociais e provisões trabalhistas		5.989	6.242	-4,1%	8.814	-32,1%
Obrigações tributárias		3.002	1.668	80,0%	4.460	-32,7%
Provisão para contingências		407	395	3,0%	427	-4,7%
Outras exigibilidades		2.752	31.404	-91,2%	2.785	-1,2%
CIRCULANTE		164.399	140.788	16,8%	172.237	-4,6%
Empréstimos e Financiamentos		475.516	374.854	26,9%	423.346	12,3%
Provisão para contingências		620	352	76,1%	575	7,8%
Obrigações tributárias ELP		171	385	-55,6%	218	-21,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		15.702	12.187	28,8%	13.817	13,6%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		492.009	387.778	26,9%	437.956	12,3%
Capital social		409.003	409.003	n.m.	409.003	n.m.
Reserva de capital		12.003	11.245	6,7%	11.878	1,1%
Reserva de lucros		112.047	76.004	47,4%	112.047	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial		155.402	166.261	-6,5%	157.862	-1,6%
Ações em tesouraria		(171)	(813)	-79,0%	(813)	n.m.
Lucros acumulados		7.818	9.617	-18,7%	-	n.m.
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		696.102	671.317	3,7%	689.977	0,9%
PASSIVO TOTAL		1.352.510	1.199.883	12,7%	1.300.170	4,0%

TELECONFERÊNCIAS

A Providência realizará os seguintes eventos para discussão dos resultados do primeiro trimestre de 2013:

Teleconferência com *Webcast* (em português, com tradução simultânea para o inglês)

Data: 10 de Maio de 2013
Horário: 15h00 (horário de Brasília)
14h00 (horário de Nova York)
18h00 (horário de Londres)
Telefone: +55 (11) 4688 6361 para conexões no Brasil
Telefone: +1 (855) 281-6021 para conexões nos Estados Unidos
Telefone: +1 786 924-6977 para conexões de demais países
Código: Providência
Replay: www.providencia.com.br/ri
Webcast: www.providencia.com.br/ri

Para Playback (*Disponível do dia 10/05/2013 até 16/05/2013*)

Senha: 1057851# – versão em português
Senha: 5433127# – versão em inglês
Telefone: +55 (11) 4688-6312

Os *links* de acesso estarão disponíveis no *website* da Companhia (www.providencia.com.br/ri), na seção de Relações com Investidores.

Disclaimer: Este comunicado contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da Providência. Estas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Providência. Em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Providência e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Providência Indústria e Comércio
São José dos Pinhais - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM .

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 09 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC n.º 1 PR-050.422/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2013.

São José dos Pinhais, 08 de maio de 2013.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2013.

São José dos Pinhais, 08 de maio de 2013.
